

Florestan e a educação

Agradeço, comovida e honrada, o convite que recebi do Anderson, representando o CEUPES, para participar dessa Semana de Ciências Sociais, dedicada a Florestan Fernandes: intelectual militante”, numa mesa como essa que propõe resgatar a memória de Florestan evocando o tema da educação. Na verdade, um tema cuja dificuldade é a sua própria riqueza de alternativas. São tantos os caminhos a percorrer que o difícil é escolher! Há tempos ando pensando se é mesmo possível falar de Florestan sem falar de educação. Afinal, foi graças à educação que Vicente, que foi o seu nome de menino pobre, passou a ser reconhecido e respeitado como Florestan. Também foi graças à educação que todos passaram a chamá-lo professor. Com a exceção da família e do amigo Antonio Candido, era como o chamavam não só os alunos, mas seus colegas e amigos, como Octavio Ianni e FHC, seus companheiros de partido e demais deputados da Câmara Federal.

Se quisermos resgatar Florestan pelo prisma da sua biografia, vamos verificar que não é possível falar da sua história de vida sem registrar que foi graças à educação (quando já estava com 17 anos e resolve fazer madureza, prestando depois o vestibular e ingressando na FFCL da USP) que o Vicente conseguiu atravessar a muralha que o mantinha no mundo dos de baixo, como ele dizia, para o mundo dos de cima. Mas, se preferirmos falar do sociólogo, muito dificilmente encontraríamos na sua obra um tema que não passe pela questão da democracia e, por essa via, voltaríamos, necessariamente, à educação. Do Florestan socialista, é impossível esquecer seu compromisso como publicista e como pedagogo da revolução, que é como ele foi interpretado, respectivamente, por Paulo Silveira e José Paulo Neto. Em suma, Florestan e educação caminharam de mãos dadas.

Se há uma multiplicidade de caminhos, há também essa filha incapaz de escolher um deles! Foi o que me levou a optar pela estratégia de realizar rápidas incursões em certos momentos mais marcantes dessa aliança entre Florestan e educação.

Começo citando o próprio Florestan quando ele diz que “ eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e a socialização pré e extra escolar que recebi através das duras lições de vida (...). Portanto, (...) afirmo que iniciei minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto”.¹

Um modo de Florestan deixar registrado que não atravessou o círculo de ferro para servir de prova de que seríamos uma sociedade democrática, disposta a reconhecer o esforço dos mais capazes, que é como muitos gostam de apresentá-lo. Ao contrário, Florestan manteve vívida na memória a imensa maioria que permaneceu e permanece excluída.

¹ Fernandes, F., A Sociologia no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1977, p.142.

Como ele mesmo afirma, “ coube-me o dever de elevar ao mundo cultivado do Brasil as angústias, os sentimentos e as obsessões dos esbulhados” pois “tudo se passou como se me transformasse de um momento para outro, em porta-voz das frustrações e da revolta dos meus antigos companheiros da infância e juventude”.²

Aliás, uma das suas convicções mais precoces como sociólogo foi a de que o “dilema social brasileiro”, como ele dizia, está na resistência ultra-intensa, sociopática (ou seja, patológica) das elites brasileiras às mudanças sociais necessárias para resgatar sua dívida com a grande maioria dos brasileiros que permanecem excluídos do mercado e da cidadania. Desde 1962, Florestan está convencido que a extrema desigualdade e injustiça “na distribuição da terra, da renda e das garantias sociais” só se mantém graças à “dominação autocrática dos poderosos”, isto é, graças aos seus poderes ilimitados e absolutos.³

² Prefácio de 1963 ao livro Educação e Sociedade no Brasil, Dominus Editora, S.P., 1966, p.XX e XIX. Florestan está se referindo à sua participação na Campanha em defesa da escola Pública como “professor, sociólogo e socialista”.

³ Fernandes, F., A Sociologia numa Era de Revolução Social,

Não é, portanto, por acaso que Florestan passa a privilegiar a democratização do ensino como um dos mecanismos propiciadores da abolição das barreiras que possibilitam, até hoje, que a educação seja usada para a manutenção de privilégios sociais. Em 1954, convidado a fazer uma palestra sobre a “crise da democracia no Brasil” começou questionando como é possível a democracia estar em crise numa sociedade que está longe de ser democrática.

Convicção precoce e preciosa. Na década de 1960, Florestan participa da campanha em defesa da escola pública defendendo que as verbas públicas fossem investidas exclusivamente nas escolas públicas e foi derrotado pelos educadores católicos e pelos empresários da educação privada. O substituto Lacerda, vencedor, proíbe o “favorecimento” das escolas públicas e garante igualdade de condições entre as escolas públicas e particulares, inclusive na distribuição de verbas públicas (através de bolsas de estudo, financiamento para construção, reformas dos prédios escolares e compra de equipamentos).

Os defensores do ensino privado não se inibiram de recorrer à bandeira da liberdade, isto é, da liberdade de escolha do tipo de escola pela família, para justificar seus argumentos. Foi assim que as “pressões reacionárias de círculos católicos obscurantistas” venceram em nome da liberdade!

Trinta anos mais tarde, na ANC, o mesmo cenário e personagens se reapresentam. As escolas particulares enchem as galerias do Congresso e recorrem a inúmeros expedientes de pressão e de cooptação. Florestan recebe um telegrama enviado por um padre, reitor de um colégio de Juiz de Fora, reclamando da sua posição “antidemocrática” e “discriminatória”. Para esse padre, colocando-se em defesa do investimento das verbas públicas apenas no ensino público, Florestan assumiria uma posição “discriminatória” e “antidemocrática” pois impossibilitaria que as pessoas possam escolher a escola da sua preferência.

De fato, uma das emendas propostas por Florestan pretendia firmar o princípio republicano de conceder exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas. Foi derrotado por 57 votos contra 27.⁴ Finalmente, o projeto do deputado Jorge Hage, apoiado pelo Forum Nacional em Defesa da Escola Pública, é derrubado pelo substitutivo colocado pelo seu velho amigo – com o qual rompeu – Darcy Ribeiro (projeto de LDB aprovado em 1996, durante o primeiro governo FHC).

Hoje, como ontem, a educação persiste como privilégio e os de cima continuam a temer a educação do povo e as suas conseqüências.

Desde a primeira derrota, a de 1960, Florestan reconhece ter descoberto, como ele diz, que “o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear (...) a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista.”⁵

⁴ Marcos de Oliveira, tese, p.177, essas informações de Florestan estão no livro A Constituição Inacabada, p.192.

⁵ A Sociologia no Brasil, p.200.

Um bom lutador aprende com suas derrotas. Aquela descoberta será retomada, mais tarde, com inúmeros outros desdobramentos, quando escreveu “O Modelo Autocrático-Burguês de Transformação Capitalista”, último capítulo do livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). É quando formula sua tese de que o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um **capitalismo selvagem**, pois provoca extrema concentração de riqueza, drena para fora grande parte do excedente econômico e, portanto, só se mantém e reproduz graças à exacerbação dos procedimentos autocráticos da dominação burguesa. É quando desaparece o Florestan que ainda acreditava que a resistência sociopática à mudança era decorrência das persistências do passado escravista, do antigo regime e da herança cultural tradicional. Restos de um passado que resistiriam ao avanço em direção à ordem burguesa democrática. Nada disso!

Desde a Revolução Burguesa no Brasil, Florestan descobre que não é que a revolução burguesa ainda não se realizou, ou não terminou, porque estaria atrasada, bloqueada, interrompida, graças à persistência do Brasil pré-moderno, pré-capitalista, tradicional, estamental. Não se trata de uma revolução burguesa atrasada, insuficiente, interrompida – ainda que Florestan utilize esse termo, mas apenas como argumento retórico. Trata-se, isso sim, de uma revolução burguesa **diferente** daquela dos modelos clássicos porque aqui a revolução burguesa apropriou-se da herança da exploração e dominação escravocrata para produzir a dominação autocrático-burguesa, o que é muito diferente. Florestan chegou a criticar inclusive o marxista Rui Mauro Marini por ele acreditar que os latifundiários não fazem parte da burguesia “quando, na verdade, o setor mais reacionário da burguesia brasileira é o latifundiário. Foi o setor que deu o salto mais rápido no sentido de passar de uma condição aristocrática para uma condição burguesa, o que procuro demonstrar em A Revolução Burguesa no Brasil”.⁶

⁶ Revista Nova Escrita/Ensaio, 1980, p.29-30.

A luta em defesa da educação pública, universal, gratuita, foi em nome dela, dessa luta que ainda é a nossa, que Florestan foi levado a concluir que sociedades periféricas como a brasileira “sofrem uma cirurgia estrutural que atinge o esqueleto, o coração e a alma da sua capacidade de ser e de sobreviver”⁷ Descoberta que não tem nada a ver com o peso do arcaico, do pré-capitalista, dos restos de um passado escravista, estamental, que bastaria extinguir para nos colocar no rumo da modernidade reatando o laço de um fio que teria sido interrompido. Capitalismo selvagem e dominação autocrático-burguesa são duas âncoras da mesma estrutura: um “capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria (...) e opressão do outro (...) como se os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de ‘Nações’ distintas, reciprocamente fechadas e hostis, numa implacável guerra civil latente”.

⁷ Ver na tese do Marcos, p.186

Florestan descobriu que a resistência à reforma e ao aperfeiçoamento do sistema educacional de ensino atesta o uso estratégico do atraso como técnica de dominação social e de defesa da estabilidade da ordem.⁸ Sob o capitalismo selvagem, a sociedade brasileira, uma sociedade de democracia restrita, a minoria poderosa e dominante relaciona-se com a massa dos brasileiros como gentinha que precisa ser mantida como gentinha; “a educação seria uma pérola que não deveria ser lançada aos porcos ou, então, seria ...uma coisa elementar, rudimentar, que ajudaria a preparar máquinas humanas para o trabalho”. E não é que ainda nesta última semana, um professor de escola pública da cidade de São Paulo, denuncia pela imprensa que o chamado ‘projeto de inclusão’ do governo Alckmin limitou-se a colocar até 50 alunos em salas de aula transformadas em meros depósitos de crianças.⁹

⁸ Educação e sociedade no Brasil, p.400-1.

⁹ Painel do Leitor,4/05/06,p.A3.

Florestan mantém a tese de que a reforma educacional, como também a reforma agrária, a reforma urbana, a luta contra a discriminação racial fazem parte da chamada “revolução dentro da ordem” que colocará “no centro do processo os estratos da população que sempre foram excluídos, como os trabalhadores do campo e da cidade e todos aqueles que não têm peso e voz na sociedade civil”.¹⁰ Mas sabe que a revolução dentro da ordem - a revolução democrática e a revolução nacional - é incompatível com os limites da ordem burguesa dependente. Capitalismo selvagem, dominação autocrático-burguesa, democracia restrita aos mais iguais, sociedade civil incivilizada, exclusão da maioria. Nesse cenário, a democracia da maioria, a democracia popular, a realização efetiva das reformas democráticas adquire desdobramentos revolucionários na transformação da ordem estabelecida tornando-se, de fato, a ante-sala da revolução contra a ordem.

¹⁰ Pensamento e Ação, Globo, SP, 2006, p.189.

Se nos países capitalistas centrais os reformistas liberais burgueses lutaram para “fazer as reformas educacionais antes que o povo as faça nas ruas”, Florestan inverte a fórmula e passa a apostar que, no Brasil, “se fizermos a revolução nas salas de aula, o povo a fará nas ruas”. Não por acaso, essa é uma das frases de Florestan que costuma ser citada nas salas de aula da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, movimento de luta dos trabalhadores rurais que tem como uma das suas características ser uma luta realizada junto com as famílias e, portanto, com milhares de crianças e adolescentes em idade escolar. Pois esse movimento social descobriu, como já sabia Florestan, que **escola é mais do que escola**, desde que seja uma **escola diferente**, onde os trabalhadores rurais e seus filhos não sejam discriminados como “gentinha”, como criminosos, como ignorantes, mas onde sejam reconhecidos como sujeitos em processo de formação, de constituição de identidade e de ressignificação da sua própria história.

Como bem colocou Roseli Salette Caldart, para a maioria dos Sem Terra, o estudo é um bem tão valorizado quanto a terra porque descobriram que o “mesmo processo que os excluiu do acesso à terra, os excluiu, também, do acesso à escola”¹¹.

Como o objetivo dessa mesa é resgatar o pensamento sociológico de Florestan para pensar o nosso presente, creio que ele nos fornece muitos referenciais de análise. Afinal, a imprensa tem dado ampla divulgação às críticas verdadeiramente selvagens feitas ao projeto de lei das cotas raciais bem como das cotas para alunos de escolas públicas nas universidades públicas federais. Hoje, como ontem, seus argumentos lançam mão, sem qualquer constrangimento, das bandeiras da liberdade e da igualdade! Para um intelectual liberal renomado, a cota racial teria o efeito de abolir “o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei e a harmonia entre as raças”!

¹¹ Caldart, R.S., *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Expressão Popular, S.P., 2004, p.

Um outro jornalista resolve ignorar que, no Brasil, a cor da pele tem sido critério secular de exclusão e de exploração e, mais ainda, como dizia Florestan, de **invisibilidade**: “o número de negros, negros estudantes, negros professores, é tão baixo que não há visibilidade que nos permita descobrir que eles estão entre nós. Eles estão, mas é difícil ver que estão”.¹² Pois para esse jornalista, ao contrário, as cotas é que discriminam porque elas sim criarão as raças, que a ciência já provou inexistirem! Quanto às cotas para alunos egressos das escolas públicas, ferem de morte a igualdade, pois discriminam insidiosamente os privilegiados! As soluções propostas são as de sempre, paciência, muita paciência, e esperar que, com o tempo e boa vontade, a cor da pele e a pobreza deixem de excluir a maioria!

¹² O saber militante, p. 316.

Aliás, o acesso às universidades públicas retrata as principais teses de Florestan sobre a sociedade brasileira: o mundo dos de cima, o mundo dos de baixo e o vestibular servindo de muro intransponível para os de baixo. Sabemos que a imensa maioria dos alunos das escolas públicas assume para si a tarefa da auto-exclusão; não se inscreve para prestar o vestibular nas universidades públicas porque nem ao menos aspira pertencer a um mundo que sabe não ser o seu! Quisera eu que o tempo permitisse discutir porque será que esse vestibular, uma criação histórica recente, que, de fato, nunca serviu para selecionar os alunos qualificados para os diversos cursos universitários, persiste inquestionável como se fosse um dado da natureza e não mais uma das invenções brasileiras destinadas a preservar privilégios - sabemos que os filhos da elite são cuidadosamente treinados para esse exame - de uma minoria.

Quanto à proposta liberal de melhorar gradativa e pacientemente a qualidade do ensino nas escolas públicas do primeiro grau, a UNESCO encarregou-se de divulgar duas pesquisas que denunciam que vamos precisar de uma paciência secular. Uma delas revela que é altíssima a taxa de repetência no ensino primário – evidentemente, entre os pobres – que ela é pior que a do Camboja e equivalente à de Moçambique. A outra pesquisa, sobre agressões verbais nas escolas públicas, é um bom retrato da nossa democracia racial. Afinal, as agressões verbais raciais entre os próprios alunos revelam um arsenal riquíssimo e diversificado: “macaco, pretinha, negrão safado, torrão de café, picolé de asfalto, escrava, mussum, tia Anastácia, macumbeiro, cabelo bombril, negra maluca”. Aliás, as agressões verbais dos professores aos alunos, além do racismo, evocam a “gentinha” que Florestan denunciou: “arrombado, retardado, burro, marginais, medíocres, drogados, raça podre, maconheiros, negros descarados, mongolóides”.

Penso que podemos concordar com Carlos Nelson Coutinho. Diz ele que, quando relemos os artigos de Florestan denunciando “as tendências regressivas e conservadoras contidas na nova fase histórica que então se iniciava, somos forçados a constatar que muito daquilo que, para alguns de nós, parecia, na época, manifestação do ‘sectarismo’ do velho Florestan era, ao contrário, a confirmação da sua lucidez analítica e da sua capacidade de previsão”.¹³

De fato, só a revolução democrática, como queria Florestan, ou a radicalização da democracia, como vem sendo proposta por Fábio Comparato, será capaz de derrotar a resistência sociopática à mudança social das elites brasileiras. As reformas da revolução dentro da ordem continuam a pressionar como um recalco que, apesar das derrotas, insiste, persiste, retorna. São os excluídos do mercado e da cidadania forçando os muros da “sociedade civil incivilizada”.

¹³ Coutinho, C.N., Cultura e Sociedade no Brasil, p.263.

Na sua fina ironia de um verdadeiro humanista, Ricupero ousa denunciar que, para as elites, a pressão dos de baixo continua a ser tratada como se fosse uma ameaça de “invasão dos bárbaros”!

Heloísa Fernandes

8 de maio de 2006-05-06

Semana de Ciências Sociais

“Florestan Fernandes: intelectual militante”

Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP